

Reunião discute conflito de orientação dentro da Funai

Das Sucursais

Toda a cúpula da Funai e assessores do ministro Rangel Reis estão mantendo um encontro reservado em Brasília, para "rever a ação da Fundação, especialmente o seu entrosamento com os diversos órgãos do Ministério do Interior". Segundo fontes seguras, a reunião foi convocada em decorrência das recentes notícias sobre divergências internas na Funai e entre o órgão e aquele Ministério.

Os resultados do encontro, esperados com grande expectativa nos meios indigenistas, serão conhecidos hoje. A questão básica na opinião dos indigenistas, é saber qual o poder de decisão do presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, tendo em vista que um de seus assessores diretos, Francelisio van der Brook, diretor do Departamento Geral de Operações, vem tomando decisões contrárias ao pensamento até agora defendido pelo general.

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), padre Antônio Iasi Júnior, por sua vez, afirmou ontem que o conflito de autoridade na administração da Funai — em que o diretor van der Brook e o superintendente João Batista Cavalcanti dividiriam o poder com o presidente do órgão — está exigindo um urgente esclarecimento do general Ismarth.

"O general, que tentou ser outro Kissinger, procurando uma *detente* a qualquer preço — disse o padre — não conseguiu senão criar suspense, a ponto de ninguém saber o que poderá acontecer para os índios num futuro próximo e ameaçador. O pior é que ninguém sabe quem é quem na Funai, para que possa ser responsabilizado pelas desgraças que fatalmente virão a cair sobre os índios, partindo do órgão oficial".

O dirigente do Cimi comparou os desentendimentos dentro da Funai com um sequestro, em que o diretor do DGO e o superintendente atuam como sequestradores e o ministro do Interior como a figura de um "Idi Amin nativo". "Afinal — perguntou — quem é esse van der Brook e quem é que manda na Funai? Decididamente, não é possível continuar essa situação. Está na hora do general comandar a operação Kampala. É preciso que o general ponha em prática o lema de Rondon: "Morrer se preciso for, matar nunca".

"Se van der Brook foi ou não indicado pelo presidente da Funai, um militar por formação, mas político por índole, é coisa que talvez jamais se saberá, a menos que o próprio Ismarth o diga, sem nenhuma saída política" — acrescentou o padre Iasi. E concluiu: "O caso van der Brook é mais uma das pressões sofridas pela Funai. A volta do superintendente, João Batista Cavalcanti, também não tem uma justificativa, a não ser que sua passagem pela rádio Nacional o tenha preparado para executar a política indigenista ao som de alguma marcha fúnebre".

KAINGANGS

As 22 famílias de índios kaingangs, que vivem numa pequena área da reserva florestal de Nonoai, no município gaúcho de Rodeio Bonito, a 420 quilômetros de Porto Alegre, devem ser transferidas para outros locais. Foi o que sugeriu, à Funai, a comissão de sindicância nomeada pelo governador Sinval Guazzelli, cujas conclusões foram divulgadas ontem pelo secretário da Agricultura do Estado, Getúlio Marcantônio.

O presidente da comissão, promotor Altair Vemzon, depois de admitir que nenhum antropólogo foi ouvido entre os 35 depoimentos tomados, afirmou, exibindo uma das fotografias anexadas ao relatório enviado à Funai: "Constatamos que o índio é um des-

truidor da natureza". Entretanto, a foto de um pinheiro destruído pelo fogo pertence à reserva de Espigão Alto, que nada tem a ver com as 22 famílias de Kaingangs.

A comissão de sindicância, constituída no último dia 9 de setembro, originou-se de um telex encaminhado no dia anterior pelo presidente da Funai, no qual o general Ismarth pedia a colaboração do governo estadual e estranhava as denúncias de maus tratos que sete guardas florestais teriam praticado em algumas das 22 famílias de Kaingangs, todas do tronco dos kaneros.

Entre as denúncias relatadas pelo "capitão" do grupo indígena, Vitorino Kanero, e divulgadas pelo Cimi, constavam: destruição dos ranchos dos kaingangs, tentativa de "compra" de índias, ameaças de estupro, agressões corporais e matança, a tiros, de animais domésticos. Essas arbitrariedades teriam a finalidade de expulsar os kaingangs do lugar onde se encontram, porque aquele território, pertencente originalmente aos índios, foi transformado, em 1941, em área de

preservação natural e passou a se constituir numa das quatro reservas florestais administradas pelo governo estadual.

A intenção, segundo as denúncias, era clara: provocar a saída dos kaingangs, mesmo que, com isso, tivessem que ser agrupados aos 1.590 indígenas residentes no toldo de Nonoai, próximo dali e que é administrado pela Funai, tendo dois terços de sua área de 14.900 hectares ocupados por mil brancos.

A comissão de sindicância não conseguiu, contudo, comprovar a prática de nenhuma das arbitrariedades denunciadas pelo Cimi. O próprio delegado de polícia de Rodeio Bonito, Júlio César Lima da Silva, contribuiu para isso, não abrindo inquérito policial, sob a alegação de "falta de corpo de delito". "Mesmo no índio que disse ter sido espancado, um irmão de Vitorino Kanero, não encontramos marcas em seu corpo" — afirmou o delegado e acrescentou sorrindo: "E que dizem que índio tem pele grossa e as marcas costumam para ficar".